

# **BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: QUAL O LUGAR DAS QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE PORTO ALEGRE?**

Luiza Ribeiro Moraes (UFRGS)  
email: [luizarmoraes@gmail.com](mailto:luizarmoraes@gmail.com)

Catarina Cerqueira de Freitas Santos (UFPE)  
email: [catarina.csantos@ufpe.br](mailto:catarina.csantos@ufpe.br)

**RESUMO:** Este trabalho buscou entender como a agenda conservadora tem expressão nos discursos de professores sobre questões étnico raciais e como o pacto da branquitude se articula nesses lugares. A partir da análise do conteúdo de entrevistas realizadas com cinco docentes de Porto Alegre - RS, identificou-se resistências ao debate da diversidade religiosa, a exclusividade da abordagem do tema pelas disciplinas das humanidades e nas comemorações em torno do Novembro Negro.

**Palavras-chaves:** Pacto da Branquitude. Relações Étnico-Raciais. Neoconservadorismo

## **INTRODUÇÃO**

Essa pesquisa é parte do projeto “As alianças conservadoras, a política e a prática educacional”. Ela busca investigar como a agenda conservadora na educação se conecta com atores da comunidade escolar. Foram realizadas entrevistas em cinco cidades brasileiras com gestores, professores e familiares de estudantes sobre qualidade do ensino, segurança, doutrinação ideológica, currículo, educação sexual e de gênero, diversidade racial e religiosa, entre outros temas.

Diante de temáticas para pensar a agenda conservadora na educação, por que focar nas questões étnico raciais? Nosso interesse surgiu ao perceber como este assunto foi majoritariamente silenciado/evitado nas entrevistas. Em que pese a existência de uma legislação que ampara a educação para as relações étnico raciais, tais como as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais (Brasil, 2004), é importante destacar que não há uma centralidade dessa pauta nas escolas, dificultando a superação do racismo enquanto um elemento fundante da sociedade brasileira.

Objetivamos entender como a agenda conservadora tem expressão nos discursos de professores sobre questões étnico-raciais e como o pacto da branquitude se articula nesses lugares. Para tanto, realizamos análise do conteúdo de cinco entrevistas que ocorreram em Porto Alegre (RS) com professores e o corpo diretivo de duas escolas públicas.

## **PACTO DA BRANQUITUDE E NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO**

A história colonial do Brasil é marcada por muitos silenciamentos sobre as contribuições dos povos originários e dos negros na formação da sociedade brasileira, e, em especial sobre como a população branca foi beneficiária desse processo de expropriação de quase quatrocentos anos. Sobre o privilégio branco, Cida Bento (2022) descreve que ainda que as novas gerações não tenham vivenciado diretamente à escravidão, elas usufruem da herança escravocrata, seja concretamente ou simbolicamente.

A partir desse contexto, Cida Bento (2022, p.18) nomeia como pacto narcísico da branquitude um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa a manter seus privilégios”. Esse conjunto de acordos tácitos e não formalizados se estruturam nas relações de dominação de raça, mas também se expressam nas relações de gênero e classe.

Santos e Pereira (2024) afirmam que o pacto da branquitude é uma das características que compõe o neoconservadorismo, posto que há uma intolerância à diversidade e uma reação às políticas de reparação racial, a exemplo das cotas raciais. Vale destacar que “a retórica do individualismo, da meritocracia e da concorrência presente no discurso neoliberal e impulsionada é reivindicada por neoconservadores” (Santos; Pereira, 2024), apagando, questões sociais que explicam a estrutura desigual e racista da sociedade brasileira.

## **O QUE DIZEM OS PROFESSORES**

Através da análise das entrevistas percebemos que há três “lugares” principais que as relações étnico-raciais são alocadas: nas resistências ao debate da diversidade religiosa, na exclusividade da abordagem do tema pelas disciplinas das humanidades e nas comemorações em torno do Novembro Negro.

O primeiro silenciamento foi notado quando a experiência religiosa cristã das professoras entrevistadas foi colocada como norma/padrão, tornando-se impeditivo para estudar e ensinar outras perspectivas ontológicas que fogem dessa matriz. No relato da Diretora sobre a Professora 1, podemos observar que a professora rejeitou uma formação de professores sobre educação das relações étnico-raciais por acreditar que essa discussão fere a sua existência:

“[...] ela não ia participar [das formações para professores] porque aquilo fere a existência dela como cristã.” (Diretora sobre Professora 1)

Em outro relato, é possível identificar a ideia de que elementos da fé cristã são válidos para a celebração pedagógica em uma escola, e aspectos relativos às religiões de matrizes africanas não têm a mesma relevância. A justificativa da Professora 2 segue parecida com a da Professora 1: por ser católica, outras religiões não dizem respeito ao seu ensino, pois não fazem parte de sua realidade.

“Por exemplo, existem muitas datas religiosas. E agora vem uma que é Nossa Senhora Aparecida, né? É claro que eu vou trazer Nossa Senhora Aparecida para eles.[...] Porque na religião umbanda aí. É outro nome [da Nossa Senhora Aparecida]. Entende? Que eu nem sei porque a minha religião é católica.”  
(Professora 2)

Há também outro modo de silenciamento das questões étnico raciais: o discurso de que as temáticas são exclusividade da área das humanidades:

“É que não é o foco, né?” (...) “Na matemática a gama de conteúdo é grande, então a gente vai trabalhar outros assuntos [que não raciais ou de gênero]”  
(Professor 3)

A fala do Professor 3, ao situar que não é o foco da matemática abordar temáticas raciais, revela a existência de um racismo epistêmico, compreendido como “como a priorização ou padronização de conhecimentos considerados universais, importantes e construídos por toda a humanidade, mas, na verdade, constituídos como epistemologias apenas do Norte (Silva, 2023, p. 243). As ciências da natureza ou exatas são percebidas exclusivamente como fruto das contribuições de homens brancos. Há, portanto, o entendimento de que não há lugar para pessoas negras na produção do conhecimento científico.

Por fim, um caso emblemático veio à tona durante entrevista com o Professor 4. Ao ser questionado sobre como trabalhava as questões raciais em sala de aula, traz diversos exemplos e relata como um destes projetos foram impedidos pela direção:

“[...] criou esse grupo [de professores] para apresentar Porongos na Semana Farroupilha [...] Trazer poetas negros e fazer essa discussão para a Semana Farroupilha. E aí, me foi pedido para amenizar a situação ” (Professor 4)

O massacre de Porongos fez parte dos desfechos do conflito que perdurou 10 anos no Rio Grande do Sul no século XIX, conhecido como Revolta dos Farrapos. Em 14 de novembro de 1884, os lanceiros negros (escravizados que marcharam junto aos revoltosos de forma compulsória ou pela promessa de alforria) foram massacrados em uma emboscada que fez parte do acordo de paz traçado entre o Império brasileiro e os líderes do levante. Mais de 100 homens negros e indígenas foram assassinados (Sinotti; Kontz, 2015). Este acontecimento foi silenciado

pela historiografia tradicional gaúcha por manchar a identidade criada em torno dos farrapos enquanto heróis valorosos e bravos que representaram a gênese do estado.

Enquanto estratégia do Professor 4 para não deixar de lado o projeto de rememorar esta história, ele apresenta a diretoria da escola uma opção:

"[...] a gente vai apresentar isso [o massacre de Porongos] na semana da consciência negra. E aí, [a diretora falou] ‘não, na semana da consciência negra, tranquilo.’”(Professor 4)

Esse caso elucida o terceiro lugar que o ensino das relações étnico raciais foi alocado nas entrevistas: somente nas comemorações em torno do Novembro Negro. No cotidiano das escolas a aplicação da lei 11.645/2008 tem sido deturpada e restrita ao “Novembro Negro”, um momento pontual e não transversal a uma gama de conhecimentos debatidos ao longo de todo ano letivo. Essa situação é somada às particularidades da constituição da identidade gaúcha que busca silenciar a participação negra, sobretudo nas datas cívicas comemorativas, como a Semana Farroupilha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender como a agenda conservadora tem expressão nos discursos de professores sobre questões étnico raciais e como o pacto da branquitude se articula nesses lugares. Identificamos silenciamentos, abordagens pontuais e pouco profundas sobre a temática racial, endossando uma perspectiva que adota a branquitude enquanto padrão.

Os achados corroboram com os estudos que apontam para o avanço de uma agenda conservadora nas escolas que tendem a limitar/silenciar reflexões em torno da diversidade étnica, religiosa e cultural presentes na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS:

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: **SECAD/ME**, 2004.

SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas.; PEREIRA, Rodrigo da Silva. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 18, n. 42, 2024. DOI: 10.22420/rde.v18i42.2229. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2229>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SILVA, Marcio Antônio. Os ventos do norte não movem os moinhos? Racismo epistêmico: a matemática é branca, masculina e europeia. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 238–257, 2023.

SINOTTI, Kárita Gill; KONTZ, Leonardo Betemps; JÚNIOR, Odilon Leston. A Revolução Farroupilha: o massacre de Cerro dos Porongos, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 27, jan./mar. 2015.